

Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Fecundidade e Família: Resultados Preliminares: 1997, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de Estudos, Área Demográfica e Social, 1998, 60 páginas.

Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Fecundidade e Família: Resultados Definitivos: 1997, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de Estudos e Conjuntura, Serviço de Estudos Demográficos e Sociais, 2001, 464 páginas.

No início dos anos 90, a agenda política internacional era marcada pelo debate em torno da quebra generalizada da fecundidade europeia para valores inferiores aos do limiar de substituição das gerações e das suas consequências num continente em franco processo de envelhecimento demográfico. Foi neste quadro que, sob a égide da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU), e tendo em vista a comparação de resultados, diversos países promoveram a realização de inquéritos nacionais à fecundidade¹. No cen-

tro do questionamento dos «Fertility and family studies» (FFS), como são conhecidos, articulam-se três preocupações: a de apreender a efectiva extensão da mudança no domínio dos comportamentos procriativos; a de desvendar as múltiplas causas que sustentam os novos padrões de fecundidade; a de encontrar soluções que contrariem — ou mesmo invertam — a tendência no sentido da limitação dos nascimentos.

Em Portugal, onde o quadro de evolução demográfica é semelhante ao dos restantes países europeus (apesar do desfasamento temporal que caracterizou a Europa do Sul), a participação nos FFS foi impulsionada a partir das conclusões do Grupo de Trabalho para o Estudo da Medicina Familiar, Fertilidade e Reprodução Humana. Com efeito, um dos objectivos deste Grupo — que foi criado em 1992 por despacho do secretário de Estado da Saúde e que contou com a participação do Instituto Nacional de Estatística (INE) — consistia em «determinar as causas da baixa natalidade em Portugal, avaliando concretamente as que se ligam a perturbações da esfera reprodutiva» (1998, p. 9), isto é, à infertilidade dos casais.

É, realmente, desta confluência de interesses na questão da fecundidade, ao nível das políticas nacional e internacional, que resulta o *Inquérito à Fecundidade e Família* (IFF). Realizado pelo INE em 1997 a uma amostra nacional de mulheres e de homens em idade fértil, o IFF deu lugar a duas publicações: uma de 1998, sintética (60 páginas), cujo objectivo con-

¹ Entre os países participantes também se encontram países não europeus, como os EUA, o Canadá e a Nova Zelândia [W. Lutz *et al.* (1997), «The family and fertility survey (FFS)», in W. Lutz (ed.), *FAMSIM — Austria. Feasibility Study for a Dynamic Microsimulation Model for Projections and the Evaluation of Family Policies Based on the European Family and Fertility Survey*, Viena, Austrian Institute for Family Studies].

sistia em apresentar a pesquisa e adiantar, sem grandes formalidades, os primeiros resultados; e outra de 2001, mais extensa (464 páginas), onde se desenvolve a análise e discutem os dados definitivos. Passemos, assim, à exposição desta última e de alguns dos seus resultados mais interessantes.

A abrir a publicação temos uma «síntese» (I e II) onde são traçados, em linhas gerais, o contexto da produção da pesquisa, as características da amostra e as principais conclusões da leitura dos resultados.

Na «introdução» (III), a reduzida fecundidade das sociedades desenvolvidas é apresentada como a preocupação que está a montante dos FFS promovidos pela CEE/ONU. São ainda recenseadas algumas das condições sociais e familiares que poderão sustentar as transformações no domínio procriativo: a redefinição dos papéis femininos, com a inserção da mulher no mercado de trabalho; os novos valores associados à conjugalidade e ao lugar da criança na família; a procura de fontes de realização pessoal exteriores à vida familiar; a possibilidade de aceder a um efectivo planeamento reprodutivo pelo recurso à contracepção moderna.

O capítulo dos «aspectos metodológicos» (IV) dá conta, brevemente, da definição da população-alvo², dos procedimentos de amostragem e da execução do trabalho de campo. A amos-

tra do IFF é então constituída por 6260 mulheres entre os 15 e os 49 anos e por 3130 homens entre os 15 e os 54 anos, independentemente da sua situação face à conjugalidade. Trata-se de uma amostra probabilística, com base em unidades de alojamento não colectivo, que tem representatividade a nível nacional e que é dimensionada, de forma independente, para as NUTS II. De salientar o facto de haver dois guiões, visto o questionamento ser mais longo no caso das mulheres³.

A «análise dos resultados» (V) está organizada em nove subcapítulos temáticos, onde se comentam e discutem os principais resultados do inquérito. Na maior parte destes subcapítulos, as variáveis dependentes são analisadas à luz do local de residência (NUTS II), do sexo e da idade (grupos quinquenais) dos inquiridos.

No subcapítulo sobre a «composição dos agregados domésticos» (V.1) procuram-se conhecer os tipos e a dimensão dos grupos domésticos em que os inquiridos viviam à data da inquirição. Um resultado a destacar a partir da análise transversal dos grupos etários é a manutenção da rápida transição da *família parental*, em que o inquirido, ou a inquirida, reside com os pais, para a *família de procriação*, em que já reside com o cônjuge e pelo menos um filho. Este dado é revelador de que a saída da casa dos

² Na medida em que havia alguma margem de manobra na escolha da população a inquirir (W. Lutz *et al.*, *ibid.*, p. 55).

³ O guião destinado às mulheres tem uma secção que recobre questões pormenorizadas sobre gravidez e aborto.

pais se dá apenas no momento da constituição de uma nova família conjugal e de que o casal passa pouco tempo sem filhos, já que o primeiro nascimento tende a ocorrer logo após o início da vida a dois. Por outro lado, esta transição é mais precoce para as mulheres do que para os homens, o que estará relacionado com a clássica diferença de idades entre os cônjuges.

O subcapítulo da «família parental» (v.2) reúne indicadores que caracterizam a família de origem dos inquiridos: a dimensão da fratria; o tipo de agregado doméstico em que viveram até aos 15 anos; a eventual experiência da ruptura dos pais, por divórcio ou separação; e ainda a idade com que os inquiridos deixaram o agregado parental. A desagregação destes indicadores por grupos etários permite confirmar, claramente, algumas tendências que se têm registado na sociedade portuguesa, como a diminuição das fratrias numerosas, o adiamento da saída da casa paterna ou o aumento da experiência do divórcio dos pais.

O subcapítulo sobre a «formação dos casais» (v.3) procura, essencialmente, identificar novas formas de conjugalidade: a entrada tardia na vida a dois; a opção pela coabitação; e ainda a opção dos cônjuges por terem residências separadas (*living apart together*). Ora o perfil dominante não é obviamente este, já que o casamento tem ainda um peso indiscutível como tipo de união conjugal, mas a tendência para viver em

coabitação é efectivamente maior nas gerações mais jovens⁴. Por outro lado, é residual o número de casais que não partilham a mesma residência. E, mesmo quando tal acontece, trata-se mais frequentemente de uma «separação forçada» do que de uma «opção amigável». Todavia, não deixa de ser interessante observar que estas razões para a não co-residência se invertem ligeiramente no caso das uniões de facto (embora seja prudente não esquecer que estamos a falar de quantitativos muito baixos).

Semelhante ao anterior no que respeita ao propósito central, o subcapítulo da «fecundidade» (v.4) visa descrever as mudanças ao nível dos comportamentos procriativos a partir de indicadores como o número de filhos nados-vivos e a idade ao primeiro nascimento. Com efeito, quando se analisam os resultados numa perspectiva transversal (tendo em conta a idade dos inquiridos em 1997) e longitudinal (tendo em conta determinada situação quando tinham a mesma idade), o que sobressai é o «adiar da decisão de ter filhos, acompanhado da decisão de ter me-

⁴ Não pode, no entanto, confundir-se, como aqui parece acontecer, a forma de entrada na conjugalidade e o tipo de união no momento na inquirição. Outros estudos têm analisado as trajectórias conjugais, verificando que grande parte das conjugalidades inicialmente coabitantes são mais tarde formalizadas pelo casamento [K. Wall (coord.) (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo: Estruturas, Dinâmicas e Solidariedades (Relatório Final)*, Lisboa, CIES/ISCTE e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (policopiado)].

nos filhos» (p. 34). Não obstante, esta tendência não deixa de ser trespassada pela diversidade que caracteriza a paisagem geográfica e social portuguesa, na medida em que a Região de Lisboa e Vale do Tejo e as inquiridas mais escolarizadas têm um perfil de fecundidade mais tardio e contido, por contraposição ao que acontece nas regiões autónomas e com as inquiridas menos escolarizadas⁵. Outra das dimensões que se procuraram caracterizar — de forma a responder a um dos objectivos do Grupo de Trabalho para o Estudo da Medicina Familiar, Fertilidade e Reprodução Humana — foi ainda a da infertilidade conjugal, verificando-se que, globalmente, os casais que, sem sucesso, tentaram ter filhos durante mais de um ano foram cerca de 4%.

O subcapítulo sobre a «sexualidade e contraceção» (v.5) dá conta de alguns episódios da história sexual e contraceptiva dos inquiridos a partir do mapeamento, por um lado, das idades à iniciação sexual e ao uso de contraceção e, por outro, do tipo de métodos anticoncepcionais accionados na primeira contraceção, bem como no momento presente (só no caso dos casais). *Grosso modo*, a pílula é o método utilizado mais frequentemente tanto na primeira contraceção como, de forma mais sistemática,

⁵ Se no caso das mulheres o impacto do nível educacional nos contornos da sua fecundidade é absolutamente decisivo, no caso dos homens já é menos marcante. De facto, «a relação entre o nível educacional e a primeira paternidade, em certos grupos de idade, não é tão linear» (p. 37).

no âmbito de uma conjugalidade. No entanto, há que referir os diversos comportamentos neste domínio, como a utilização muito expressiva de preservativo, como primeiro meio anticoncepcional, por parte dos jovens de ambos os sexos⁶, assim como o recurso, no momento presente, a métodos pouco seguros (abstinência periódica, coito interrompido, diafragma, etc.) no caso dos casais mais velhos da amostra. Mas o dado mais interessante diz respeito ao progressivo rejuvenescimento, ao longo do tempo, do acesso à contraceção, a par de uma estabilidade, na idade da primeira relação sexual, no caso dos homens, e de uma ligeira antecipação, no caso das mulheres. Daqui resulta que não só o intervalo temporal entre estes acontecimentos tende a ser mais curto, como o início da sexualidade é crescentemente acompanhado do recurso à contraceção.

O subcapítulo acerca das «interrupções voluntárias da gravidez» (IVG) (v.6) procura quantificar, tanto quanto possível (tendo em conta o eventual impacto, nas declarações das inquiridas, da legislação respeitante a esta matéria), a dimensão do aborto não espontâneo em Portugal. Se, em termos globais, foram cerca de 5% as inquiridas que afirmaram terem recor-

⁶ O que as autoras do relatório explicam, entre outras razões, pelo impacto positivo das campanhas que, na última década, têm promovido o recurso a este método como forma de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

rido alguma vez à IVG, a leitura pelo local de residência permite descortinar um quadro de maior adesão por parte das inquiridas de Lisboa e do Sul do país, por oposição às das regiões autónomas. Por outro lado, os dados permitem observar, a partir das frequências acumuladas, que a probabilidade de realizar pelo menos uma IVG é maior nas mulheres que iniciaram a sexualidade há mais tempo. Mas o resultado mais interessante, na medida em que permite reter uma ideia mais clara desta realidade, diz respeito à *taxa de IVG*, exercício que mete em relação o número de gravidezes e de abortos numa dada faixa etária⁷. Sumariamente, podemos adiantar que a incidência de IVG é elevada antes dos 20 anos e mais ainda a partir dos 35 anos, sendo mais baixa entre os 20 e os 34 anos, isto é, no período por excelência de constituição das descendências.

O subcapítulo da «dimensão desejada da família» (v. 7) gira em torno do indicador *número máximo de filhos desejados*, «que corresponde à soma do número de filhos já havidos e dos que são ainda desejados» (p. 53) e que aponta para um domínio de grande homogeneidade no cenário procriativo: homens e mulheres, de todas as idades, desejam ter, em média, 2,1 filhos.

⁷ «Total de IVGs realizadas por cada 1000 gravidezes (onde se consideram todas as gravidezes independentemente do seu desfecho), por grupos de idade quinquenais à data da realização daquelas, segundo o grupo etário à data da entrevista» (p. 51, nota de rodapé).

No centro do questionamento do subcapítulo das «mulheres a trabalhar e/ou a estudar com filhos» (v.8) está o debate em torno do impacto, nas opções no campo da fecundidade, da inserção das mulheres no mercado de trabalho e do prolongamento das carreiras escolares. Procura-se, assim, caracterizar a situação das empregadas, das estudantes e das trabalhadoras-estudantes no que respeita à existência ou não de filhos co-residentes (e o seu número) com idades inferiores a 15 anos. A partir dos dados desagregados pela idade das inquiridas é possível referir que as crianças estão sempre mais presentes no universo das empregadas do que no universo das mulheres que estão a frequentar o sistema de ensino, onde a ausência de filhos assume valores muito expressivos. Infelizmente, os dados disponíveis neste subcapítulo são pobres e pouco claros, não contribuindo em nada para elucidar a questão de fundo.

No último subcapítulo da análise de resultados sobre «atitudes e valores» (v. 9) é equacionado um conjunto interessante mas heterogêneo de questões que apontam para práticas no quotidiano familiar, para intenções no domínio procriativo, para razões associadas a determinadas opções nesse campo, para representações abstractas sobre a centralidade da criança na vida pessoal e familiar e sobre o ideal de conciliação entre família e trabalho. Um resultado importante é o que respeita à atitude dos inquiridos face a uma eventual gravidez indesejada. Das

soluções apontadas, a grande maioria respondeu que «teria o bebé e ficaria com ele». Mas houve também quem ponderasse como solução uma IVG («talvez fizesse um aborto» e «faria um aborto») e quem não soubesse responder à questão, o que abre um campo de possíveis donde o aborto não está certamente excluído. Aliás, a solução do recurso à IVG reuniu mais consenso do que a da entrega da criança para adopção, hipótese que foi amplamente rejeitada. Um dado interessante é o de que são as mulheres que mais referem a eventual realização de um aborto como solução para uma gravidez não desejada. E é em Lisboa e Vale do Tejo, mas também no Algarve, que se regista o maior desfasamento entre as respostas das mulheres e dos homens (embora seja nestas regiões, assim como no Alentejo, que a abertura masculina à IVG é maior). Outra linha central de questionamento prende-se com a conciliação entre família e trabalho. Uma das questões colocadas tem como fim averiguar qual é, para os inquiridos, a forma ideal de *a mulher* conciliar aquelas duas esferas (ou optar por uma delas). Ora todas as soluções que implicam a mãe ocupar-se mais tempo dos filhos — «emprego a *part-time* com filhos»; «sem emprego quando existem crianças até à idade da escolaridade obrigatória»; «trabalho em casa quando existem crianças» — são mencionadas com mais frequência pelas mulheres, o que é revelador de que são elas, mais do que os homens, que atribuem à mãe a competência/

responsabilidade nos cuidados aos filhos. A outra questão remete para o papel das políticas públicas na resolução deste problema e enumera as medidas que os governos europeus têm vindo a (ou visam) adoptar no sentido de «tornarem mais fácil as pessoas *cuidarem e criarem* os filhos»⁸. Verifica-se, claramente, um posicionamento diferenciado de homens e mulheres, com os primeiros a estarem sobrerrepresentados nas medidas de natureza económica — redução de impostos; aumento dos abonos de família; redução de custos com a habitação e a educação — e as segundas nas políticas que as envolvem directamente na prestação de cuidados — melhoria das licenças; pensão para os pais que querem cuidar dos filhos. As medidas norteadas para a conciliação quotidiana, como os ATLS, o tempo parcial, os horários flexíveis, são globalmente pouco referidas. E mesmo a melhoria de condições no acesso a creches e jardins-de-infância não tem muita adesão. Ora estes resultados poderão ter sido influenciados pela própria formulação da pergunta, pois os termos *cuidar* e *criar* têm conotações muito específicas na sociedade portuguesa, que não remetem de todo para a ideia da conciliação. Assim sendo, as inquiridas teriam interiorizado a questão do *cuidar*, que aponta para o papel maternal nos cuidados aos filhos, e os inquiridos a questão do *criar*, de natureza mais instrumental, que remete para o papel tradicional masculino de «ganha-pão».

⁸ Pergunta do guião, itálico nosso.

Por fim, o capítulo dos «quadros» (vii) também merece um pequeno apontamento quanto à sua organização. Trata-se de um vasto conjunto de estatísticas descritivas — frequências simples, percentagens acumuladas, medianas e médias — sistematicamente desagregadas pela idade (grupos quinquenais). A ordenação dos quadros segue a exposição dos resultados (embora haja quadros que não são discutidos) e respeita a seguinte sequência: dados para Portugal nas amostras de mulheres, de homens e total; dados para cada NUTS II também nas três amostras.

Feita a apresentação do relatório de 2001 e de alguns dos seus resultados mais significativos, impõe-se tecer alguns comentários, uns de fundo e outros pontuais.

Um primeiro comentário prende-se com a mais-valia da publicação definitiva em relação à preliminar. Não obstante a disparidade no que se refere à dimensão dos volumes, em termos formais a publicação de 2001 apenas procedeu à reorganização dos subcapítulos sobre a «fecundidade» (v.4) e a «sexualidade e contraceção» (v.5), que passaram a reunir temáticas apresentadas de forma independente na publicação de 1998, e acrescentou de raiz a «síntese» inicial (I e II), a «bibliografia» (VI), os «anexos» com os guiões dos inquéritos (VIII) e os subcapítulos «mulheres a trabalhar e/ou a estudar com filhos» (v.8) e das «atitudes e valores» (v.9). De facto, o grosso da publicação (cerca de três quartos) é ocupado

pelos «quadros» estatísticos (VII). No que respeita ao conteúdo, para além dos novos apuramentos que deram origem àqueles subcapítulos e da introdução do tema da infertilidade conjugal no subcapítulo da «fecundidade» (v.4), não houve qualquer outro desenvolvimento no sentido de aprofundar as leituras e as ilações preliminares — objectivo que ficou expresso, aliás, no relatório de 1998 (p. 10) —, pelo que o acréscimo de informação sobre a realidade da fecundidade portuguesa não é muito significativo. Mais, quer a «introdução» (III), que dá conta do contexto institucional que conduziu à realização do IFF, quer o capítulo dos «aspectos metodológicos» (IV), que descreve o desenho da pesquisa, ficaram francamente mais pobres nesta publicação, pelo que se recomenda a leitura mais esclarecedora do relatório preliminar.

Outro comentário de fundo, eventualmente mais importante, diz respeito ao alcance dos resultados apurados face à interrogação que está no centro dos FFS. É inquestionável que os dados do IFF devolvem um retrato da fecundidade portuguesa em que a extensão das mudanças no universo dos comportamentos procriativos se cruza com alguma diversidade regional, geracional ou de género. Mas o tratamento esquemático e compartimentado das variáveis em capítulos perfeitamente estanques, como se as diversas vertentes do comportamento reprodutivo — planeamento familiar, recurso ao aborto, calendário dos nascimentos, dimensão da descendência... — não estivessem intima-

mente articuladas, e a ausência de uma conclusão que junte os «fios da meada», de modo a proporcionar uma imagem de conjunto, constituem uma dificuldade para a compreensão da fecundidade enquanto fenómeno multidimensional e com uma dinâmica interna própria.

Por outro lado, a montante deste questionamento está a preocupação com a queda da fecundidade e o intuito de clarificar o impacto das mudanças registadas, nomeadamente ao nível da condição social feminina e dos novos valores ligados à conjugalidade. O facto é que o relatório não traz respostas, pois, salvo a excepção do subcapítulo da «fecundidade» (onde se cruza a idade ao nascimento do primeiro filho com o nível de escolaridade dos inquiridos), a exploração das articulações entre as características sociais das mulheres ou os tipos de conjugalidade e os perfis de fecundidade é muito incipiente.

Quanto aos «quadros», nem sempre são claros e de leitura imediata, o que obriga à realização de cálculos para chegar a resultados inteligíveis. Veja-se, como exemplo, o quadro 3.1.M, «Percentagem de indivíduos casados segundo o grupo etário por tipo de casamento (amostra mulheres)» (p. 153), onde as percentagens de casamentos legais e de facto não são calculadas sobre o total de mulheres casadas (isto é, em conjugalidade) e sim sobre o total de mulheres da amostra.

Em relação a comentários de natureza mais pontual, importa chamar a atenção para a falta de rigor, em vários momentos, na leitura dos re-

sultados e que conduz a ilações abusivas, se não mesmo incorrectas. Por exemplo, no subcapítulo da composição dos agregados domésticos constata-se que os inquiridos mais jovens, entre os 15 e os 19 anos, vivem esmagadoramente com os pais ou padrastos (95%). No entanto, a grande maioria também vive com «outros parentes» (83%), já que as categorias de resposta não são mutuamente exclusivas, pelo que as autoras do relatório concluem que «em Portugal, a família alargada tem ainda um peso considerável» (p. 15). Trata-se, como é óbvio, de uma conclusão errada, já que nestes «outros parentes» estão certamente, em grande número, os irmãos dos inquiridos.

Outra ilação mistificadora, que é, inclusivamente, reforçada na síntese inicial, diz respeito à homogeneidade do indicador *número máximo de filhos desejados*, que conduziria a «algum optimismo quanto à evolução futura da fecundidade portuguesa» (p. 54). Ora, no âmbito desta amostra, em há uma diversidade de situações face ao ciclo reprodutivo, aquele indicador mede realidades muito diversas: por um lado, dá conta do *projecto inicial* de quem ainda não entrou na parentalidade; por outro, mede a *descendência potencial* de quem já teve pelo menos um filho, mas que ainda pretende ter mais; finalmente, traduz a *descendência final* de quem já chegou ao fim do ciclo reprodutivo. Estes indicadores, que têm sido amplamente trabalhados na literatura sociológica⁹, tendem a evo-

⁹ M. Bassand e J. Kellerhals (1975), *Familles urbaines et fécondité*, Genebra,

luir de um *ideal inicial* mais ambicioso para uma *descendência potencial* mais contida e para uma *descendência final* mais contida ainda¹⁰. Ora, no contexto português das últimas décadas, em que se tem assistido à queda continuada da fecundidade¹¹, a existência de ideais iniciais e descendências potenciais de 2,1 filhos não é de todo um sinal «optimista».

Outro exemplo ainda liga-se ao subcapítulo das «mulheres a trabalhar e/ou a estudar com filhos», onde há um grande desfasamento entre o que se procura ver (o impacto da inserção da mulher no mercado de trabalho e do prolongamento das carreiras escolares no número de filhos) e os resultados, que não são nada elucidativos para a compreensão da temática em causa (quadro 8. M., p. 386). As conclusões a que se chega, nomeadamente em relação ao «adiamento da entrada na maternidade» (p. 60) nas mulheres mais escolarizadas, não têm, por conseguinte, fundamentação nos apuramentos.

Librairie de l'Université — Georg; J. Kellerhals *et al.* (1982), *Mariages au quotidien*, Lausana, P.-M. Favre; H. Symeonidou (2000), «Expected and actual family size in Greece: 1983-1997», in *European Journal of Population*, vol. 16, n. 4, pp. 335-352.

¹⁰ V. Cunha (2000), *O Lugar da Criança nas Famílias Portuguesas. Uma Análise Sociológica da Fecundidade*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (policopiado).

¹¹ A. N. Almeida *et al.* (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM (col. «Cadernos da Condição Feminina», n.º 41).

Apesar das limitações apontadas, o IFF é indiscutivelmente um inquérito de grande fôlego e potencial. A abordagem minuciosa e inteligente do inquérito a temas como a interrupção voluntária da gravidez, a iniciação sexual, a infertilidade conjugal ou o planeamento reprodutivo faz do IFF um instrumento de trabalho incontornável para a compreensão da realidade portuguesa no domínio da fecundidade. Mais, a possibilidade de realizar uma leitura longitudinal dos dados — à semelhança do que é feito, aliás, no relatório — é fundamental para apreender não só o retrato actual, mas também as mudanças ao longo dos últimos anos. Finalmente, queremos ainda referir o valor acrescentado do IFF no que respeita à abrangência da sua população-alvo. Por um lado, incluiu os homens, tradicionalmente excluídos deste tipo de questionamento, permitindo ter acesso ao universo das práticas e das representações masculinas; por outro lado, incluiu as pessoas que, estando em idade fértil, não vivem em casal, o que traduz uma compreensão da realidade onde conjugalidade e fecundidade nem sempre andam a par.

O desafio está lançado aos cientistas sociais. Resta-nos aguardar que seja aceite, de modo que o IFF dê lugar a perspectivas mais desenvolvidas, consistentes e problematizadas que permitam responder às interrogações de que esta dimensão da realidade social portuguesa ainda é portadora.

VANESSA CUNHA